

UM ESTUDO DE VERBOS DE DIZER E DE VERBOS MODAIS EM TRADUÇÕES E VERSÕES: CONTRIBUTOS AO ENSINO DE ESPAHOL PARA O PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO

*A STUDY OF REPORTING VERBS AND MODAL VERBS IN TRANSLATIONS AND
VERSIONS: CONTRIBUTIONS TO SPANISH TEACHING FOR THE EXECUTIVE
SECRETARIAT PROFESSIONAL*

Viviane Cristina Poletto Lugli¹ 

¹Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil, doutora em Letras (UEM), e-mail: vivianelugli@yahoo.com.br

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do artigo:

Recebido: 17 abr 2020

Decisão edit.: 15 set 2020

Revisado: 05 out 2020

Aceito: 06 out 2020

Palavras-chave:

Gêneros traduzidos

Verbos de dizer

Verbos modais

Keywords:

Translated genres

Reporting verbs

Modal verbs

RESUMO

Este trabalho se orienta pela concepção de que gêneros textuais traduzidos são considerados produtos sociais fundamentais para o ensino de tradução, dado que é por meio desses modelos textuais, elaborados sócio-historicamente, que se torna possível prever comportamentos estruturais e léxico-verbais dos elementos constitutivos do texto. Ao considerarmos a tradução uma retextualização que reflete matizes de um contexto culturalmente marcado, um encargo delimitado por uma função (NORD, 2016), apoiamo-nos em modelos textuais da esfera da tradução pública, que constituem uma rica fonte de consulta a estudantes e tradutores para apresentarmos o comportamento de verbos de dizer e verbos modais traduzidos para a língua portuguesa, e vertidos para a língua espanhola no gênero procuração. O objetivo deste trabalho é demonstrar a função desses verbos no gênero para repensá-los no ensino de espanhol. Para tanto, apresentaremos os tipos de verbos de dizer e de verbos modais que ocorrem nos textos selecionados, por considerarmos esses elementos linguísticos, pragmáticos e discursivos indissociáveis da análise da tessitura do gênero no processo de tradução. Para isso, o estudo se pautará nos conceitos teóricos sobre evidências (WILLETT, 1988; AINKHENVALD, 2004; 2006; ALEGRÍA; RUIZ; LAMAS, 2016) e nos conceitos de verbos de dizer (NEVES, 2000), assim como nos de verbos modais (NEVES, 2006). Este trabalho é de cunho bibliográfico e os resultados demonstram que os verbos de dizer no gênero apresentam valor testemunhal e os modais são utilizados como verbos com função reguladora no registro documental.

ABSTRACT

This work is guided by the conception that translated textual genres are considered fundamental social products for the translation teaching, since that it is through these textual models, elaborated socio-historically, that it becomes possible to predict structural and lexical-verbal behaviors of the constituent elements from the text. When considering translation a retextualization that reflects nuances of a culturally marked context, a task delimited by a function (NORD, 2016), we rely on textual models in the sphere of public translation, which constitute a rich source of consultation for students and translators to present the behavior of reporting verbs and modal verbs translated into Portuguese, and inverted translated into Spanish in the proxy genre. The aim of this work is to demonstrate the function of these verbs in the genre to rethink them in the teaching of Spanish. Therefore, we will present the types of reporting verbs and modal verbs that occur in the selected texts, as we consider these linguistic, pragmatic and discursive elements inseparable from the analysis of the genre's structure in the translation process. In this regard, the study will be based on theoretical concepts about evidences (WILLETT, 1988; AINKHENVALD, 2004; 2006; ALEGRÍA; RUIZ; LAMAS, 2016) and on the concepts of reporting verbs (NEVES, 2000), as well as those of modal verbs (NEVES, 2006). This work has a bibliographic nature and the results demonstrate that the reporting verbs in the genre have testimonial value and the modal verbs are used as verbs with regulatory function in the documentary record.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo parte da concepção de que os gêneros textuais da esfera da tradução pública são ferramentas essenciais para o ensino de língua espanhola no contexto de Secretariado Executivo e entende que o ato de traduzir implica tanto a reflexão sobre a língua quanto o domínio sobre ela. Nessa perspectiva, apresentamos modos de interpretação dos verbos de dizer e dos verbos modais traduzidos na língua portuguesa e vertidos para a língua espanhola, por meio de modelos textuais elaborados sócio-historicamente, as procurações.

Ao selecionarmos esse *corpus* de análise, levamos em consideração que os verbos de dizer e os verbos modais são mecanismos linguístico-discursivos portadores de indexações sociais, conforme Bronckart (2006), os quais refletem uma postura enunciativa, associada ao controle intrínseco humano sobre eventos, por exemplo, os verbos modais, que podem indicar tanto possibilidades como necessidades, obrigações, permissões ou proibições, conforme Neves (2006).

Ao considerarmos que os documentos da tradução pública são criadores de uma série de efeitos jurídicos e, por assim serem, são considerados um elemento fundamental de segurança e visualização da justiça, defendemos que o estudo desses verbos — ainda tratados, nos materiais didáticos, de modo isolado do discurso situado, autêntico — seja revisto e repensado para o ensino de língua espanhola.

Nesse contexto, ao levarmos para a sala de aula questionamentos e reflexões sobre esses elementos, apresentamos um caminho para o aprendiz familiarizar-se com aspectos linguístico-discursivos da língua e da cultura-alvo, refletindo sobre a mesma, visto que traduzir é situar-se nas fronteiras entre as línguas, na constante posição de intérprete entre elas. Compreender a razão pela qual uma versão¹ resulta em uma textualização diferente da tradução² é um dos primeiros passos para compreender a cultura do outro, para a compreensão de que a tradução é diferença, conforme Rodrigues (2000).

Nesse sentido, traduzir ou verter um documento jurídico, comercial ou um texto

¹ Ao nos referirmos às versões, neste artigo, estamos fazendo alusão às procurações cujo texto fonte é a língua portuguesa e o texto meta, a língua espanhola.

² Ao empregarmos o termo “traduções”, neste artigo, referimo-nos às procurações escritas em espanhol e traduzidas para a língua portuguesa.

de outra esfera é uma prática social que precisa ser trabalhada no ensino de línguas, pois a tradução é uma condição humana, assim como a compreensão e a produção de textos. É uma prática social, pois é por meio dela que se executam negociações no contexto de mercado, removendo, desse modo, barreiras culturais e comerciais.

Assim, devido à necessidade de elaborar atividades de tradução para estudantes de Língua Espanhola de um curso de Secretariado Executivo, optamos por estudar, no gênero procuração, o uso dos verbos de dizer e dos verbos modais “poder” e “dever” para posteriormente a este estudo elaborarmos um modelo didático do gênero procuração que subsidie a elaboração de uma sequência didática do gênero, conforme Cristovão (2009).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O GÊNERO TEXTUAL PROCURAÇÃO: UMA DESCRIÇÃO PARA O ENSINO

Produzir gêneros textuais, assim como traduzi-los, é uma condição humana, pois, ao remetermos à concepção de Hermans (1996), entendemos que a tradução é sinônimo de compreensão e interpretação, noção da qual compartilhamos plenamente, porque, na tradução, há uma reconstrução da linguagem que só pode concretizar-se por meio da compreensão de conceitos presentes no texto de partida.

Nord (2016), ao considerar a necessidade de o tradutor entender todo o contexto que dá lugar a uma tradução, propõe um modelo de análise de textos³ para o treinamento de tradutores, o qual abrange as diferentes formas dialógicas em jogo na produção de um gênero textual, como resultado de uma produção social.

Assim, o estudo da tradução como uma produção social indispensável na sociedade é crucial para o aluno compreender que a tradução não é cópia, nem imitação, como explica Rodrigues (2000), pois o texto de partida, ao ser textualizado em uma nova língua, reflete matizes e funções desta. Isso porque, como demonstra Marcuschi (2010), o gênero textual reflete usos coletivos, institucionalizados e

³ Embora o modelo de análise de textos de Nord (2016) contribua sobremaneira para o ensino de tradução, optamos por não inseri-lo neste artigo, pelo fato de termos delimitado para esta pesquisa apenas o estudo da funcionalidade dos verbos de dizer e dos verbos modais na tradução e versão dos textos.

legitimados de uma língua. Logo, a organização legitimada de um gênero procedente do Uruguai é diferente da composição institucionalizada do mesmo gênero no Brasil.

Nesse sentido, trabalhar no ensino com modelos textuais presentes no arquiteito (BRONCKART, 1999), na rede de textos de um mundo socio-histórico e cultural específico, datado, torna-se *sine qua non* para um secretário executivo desenvolver capacidades⁴ de linguagem para atuar como secretário, tradutor ou revisor em língua espanhola, de modo a atender os interesses específicos de órgãos públicos ou instituições nas quais venha a atuar profissionalmente.

Os gêneros que circulam em órgãos da esfera pública, ao serem enunciados *relativamente estáveis* (BAJTÍN, 2005), refletem “práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas”, conforme Marcuschi (2010, p. 24-25).

As práticas são tão institucionalizadas, no caso do gênero procuração, que, ao sabermos da existência do gênero desde a Roma Antiga, segundo Lima (2011) — quando o tabelião era o responsável por formalizar as vontades das partes, ainda redigidas sobre tábuas, com assinatura das partes, testemunhas e tabeliões —, entendemos a necessidade de considerarmos como a função do gênero e a esfera textual condicionam os estilos e as mudanças no texto.

De acordo com a tipologia de textos exposta por Bronckart (1999), podemos caracterizar o gênero procuração como uma ação de linguagem expositiva-prescritiva e de poder representativo, materializada por meio desse gênero secundário⁵. Por apresentar o rótulo da fé pública e representar *presunção de verdade* (SASSI, 2016), estabelece compromissos regidos pelo texto.

Nesse cenário, é exigido do notário — que exerce por delegação o poder de redigir o gênero — um enunciado correto, com probidade, que demonstre a manifestação das vontades apresentadas no texto como resultado de uma orientação prévia à lavratura da procuração, realizada entre o notário e os outorgantes para que, desse modo, o documento tenha validade social e jurídica.

É nesse sentido que afirmamos ser necessário, ao planejarmos o ensino do gênero procuração, desenvolver em nossos alunos capacidades, dentre elas, a

⁴ Capacidades de linguagem, segundo Dolz, Pasquier e Bronckart (1992, p. 65), são “[...] atitudes colocadas em prática durante o funcionamento e desenvolvimento da linguagem [...]”.

⁵ É um gênero secundário, de acordo com a natureza de gêneros explicada em Bajtín (2005), pois emerge em situações de uso formal da linguagem.

capacidade de ação, em conjunto com as demais, segundo a classificação⁶ exposta por Dolz, Pasquier e Bronckart (1992). Isso porque o aluno, para compreender a funcionalidade do gênero, precisa mobilizar as representações sobre o contexto de produção do gênero e, ao mobilizá-las, será necessário também levar em consideração a existência de diferentes tipos do gênero como o gênero procuração lavrada em cartório⁷ — quando se trata de um instrumento público, redigido por um escrevente autorizado — ou um instrumento particular com reconhecimento de firma⁸.

É necessário considerarmos, portanto, que indiferentemente do tipo de procuração, o gênero, ao ser configurado, segue padrões estruturais específicos nas diferentes línguas, cuja variabilidade de usos de verbos de dizer e de verbos modais se torna relevante para seu conhecimento, como estudante de Secretariado Executivo, que muitas vezes não somente é o responsável por redigir esse tipo de gênero, quando se trata de um instrumento particular com reconhecimento de firma, mas também por fazer a tradução escrita ou oral para a compreensão do gênero recebido pela empresa.

Ao nos atentarmos para a união entre os países que constituem o Mercosul, no qual as empresas brasileiras concebem os países do Bloco como aliados comerciais, evidencia-se a necessidade de o professor de espanhol para Secretariado Executivo transpor conteúdos referentes aos gêneros textuais que emergem no contexto mercosulino de tradução, como o gênero aqui descrito, pois a formação desse profissional precisa abranger o domínio de ambas as línguas de comunicação do Bloco e contemplar a tradução como um produto social emergente desses países.

⁶ As capacidades de linguagem, de acordo com Dolz, Pasquier e Bronckart (1992, p.65 - 66), são explicadas em 3 tipos: i) capacidades de ação, referentes às características do contexto e do referente; II) capacidades discursivas para mobilizar os padrões textuais-discursivos para uma determinada ação; iii) capacidades linguístico-discursivas ou capacidades das múltiplas operações psicolinguísticas necessárias para produção ou interpretação de um texto.

⁷ Esse documento apresenta validade jurídica, pois fica registrado em livro de Cartório de Notas e é aceito em qualquer organização. É um documento que, em algum momento, poderá ser solicitada a tradução, ainda que oral, apenas para compreensão, na empresa em que atua.

⁸ Nesse caso, não fica registrado em livro de Cartório de Notas e há diferenças na eficácia jurídica ao ser utilizada em juízo.

2.1.1 Os verbos de dizer e os verbos modais

O gênero textual procuração, por ser um gênero cuja função é promover efeitos jurídico-administrativos⁹, apresenta características textuais que refletem corresponsabilização enunciativa¹⁰ no uso da língua por permear relevantes decisões na vida institucional, social, administrativa, entre outras, em uma situação de produção de texto de natureza jurídica. Nesse sentido, a sua tradução, intrinsecamente ligada às atividades cartoriais, é o instrumento que, juntamente com o texto fonte, suscita aprovações, validações e tramitações em geral junto aos cartórios.

Constitui-se como um instrumento de manifestação de vontades, como ocorre em alguns gêneros administrativos, conforme Barros Junior (1971), e é redigido por notários que orientam as partes, a fim de não haver risco na realização de um negócio jurídico.

É um gênero que estabelece o vínculo do texto com a vida, pois a necessidade de sua existência surgiu junto com a atividade profissional em cartórios, que, de acordo com Lima (2011), teve sua origem quando a Igreja Católica, com a Lei n. 601/1850 e Dec. 1318/1854, passou a exigir as legalizações das posses de terras públicas e privadas. Após uma década da existência dessa lei, segundo o autor, entrou em vigor a Lei n. 1237/1864, que estabelecia como regra a submissão de bens imóveis ao Registro Geral.

Desse modo, abriu-se espaço para profissionais desempenharem a função de registrador ou notário, os quais atuam com imparcialidade profissional, ao mesmo tempo em que o fazem com muita responsabilidade por terem sido delegados para a função e por aporem em todos os seus atos a sua chancela, que revela não somente a autoridade conferida, mas também a obrigação imposta de responderem por seus atos.

O alto nível de responsabilidade se manifesta devido ao vínculo que esses

⁹ Ato jurídico é, conforme Bellotto (2002), aquele cuja finalidade é adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos. O ato jurídico é uma espécie de ato administrativo, segundo Barros Junior (1971, p.1), visto que “O ato administrativo, propriamente dito será aquele que produz efeito de direito e, como tal, uma espécie do ato jurídico.”

¹⁰ É uma ação de corresponsabilização porque é constituída pela vontade do outorgante, manifestada claramente no gênero, a quem lhe é atribuída a responsabilidade da vontade manifestada, mas também há responsabilidade do notário que, embora reproduza na lavratura do gênero a vontade, dá fé pelo enunciado.

profissionais têm com o Poder Público, pois, de acordo com Lima (2011), a função de notários é compreendida como

agentes públicos (conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado, podendo ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica) na modalidade agentes particulares colaboradores (conjunto de pessoas que, embora sejam particulares, executam certas funções especiais que podem se qualificar como públicas, sempre como resultado do vínculo jurídico que os prende ao Estado) (LIMA, 2011, p.1).

É nesse sentido que nos referimos à característica de corresponsabilização enunciativa presente no gênero procuração, ao mesmo tempo em que afirmamos que o estudo da recorrência de usos dos verbos de dizer e dos verbos modais “poder” e “dever” nas procurações torna-se relevante, pois reflete o contexto sócio-histórico no qual o gênero é produzido. Trata-se de um gênero que demonstra, por meio desses elementos verbais e discursivos, que os notários precisam atuar com equidistância entre as partes envolvidas no gênero o qual lhes cabe redigir.

Por assim ser, estudar os gêneros mobilizados nessa esfera torna-se enriquecedor para secretários executivos em formação compreenderem a funcionalidade de gêneros secundários emergentes das práticas sociais mais elaboradas e tradicionais de uso da língua.

O gênero “Procuração”, ao pertencer ao domínio da documentação das ações humanas, assim como das prescrições, caracteriza-se pela apresentação de dizeres, manifestados pela vontade do outorgante, que deve ser respeitada pelos sujeitos envolvidos no ato. Desse modo, consideraremos, na análise desse gênero, os verbos de dizer, como estratégias evidenciais, de acordo com Aikhenvald (2004), que demonstram tais vontades.

Segundo a autora, verbos no pretérito, marcadores pessoais, podem adquirir um segundo uso relacionado ao recurso da informação, assim como visuais ou não visuais. Nas palavras da autora: “Trata-se de provas evidenciais da categoria da evidencialidade que podem ser compreendidas como estratégias evidenciais.”¹¹ (AIKHENVALD, 2004, p. 25, tradução nossa).

¹¹ Evidential extensions of these categories — which I call 'evidentiality strategies' (AIKHENVALD, 2004, p. 25).

Esses verbos, portanto, demonstram as marcas pessoais do autor do dizer, são evidências de que os dizeres na procuração se referem ao modo como o notário teve acesso à informação redigida, ou seja, por meio de um cidadão que lhe procurou e solicitou a lavratura da procuração, manifestando ao notário as suas vontades para registro naquele documento.

No mesmo sentido, esses verbos podem ser considerados lexicalizados ou de simples dizer, pois portam a marca de terceira pessoa. Podem apresentar lexicalizado o modo de caracterizar o dizer, que ocorre, conforme Neves (2000), em casos como *comentar = dizer um comentário; informar*. Podem, ainda, ser verbos como *dizem, diz*, etc., considerados verbos do simples dizer.

Consideramos importante salientar, no entanto, que a categoria da evidencialidade não é obrigatória na língua portuguesa, segundo Vendrame (2010), tampouco na língua espanhola, conforme Alegría, Ruiz e Lamas (2016). Isso porque a obrigatoriedade se manifesta quando há elementos já gramaticalizados nos sistemas evidenciais, como acontece com o quéchua, utilizado por comunidades linguísticas de países sul-americanos, tais como, Argentina, Colômbia, Bolívia, Peru, Equador e Chile, segundo Aikhenvald (2007).

Alegría, Ruiz e Lamas (2016) demonstra, como exemplo de evidencial obrigatório, que, no quéchua huanca, ao ser usado um evidencial reportativo como o sufixo *-sh(i)*, o falante estará demonstrando que o seu grau de compromisso é baixo. Isso significa dizer que o evidencial está sempre associado ao compromisso da informação.

Assim, os estudos sobre evidencialidade na linguística hispânica, ainda em 1997, um terreno praticamente inexplorado, segundo Alegría, Ruiz e Lamas (2016), hoje demonstram a existência de evidenciais reportados, como os que exporemos em nosso *corpus*.

Alegría, Ruiz e Lamas (2016) cita o exemplo do trabalho de Volkmann (1997), que catalogou não somente os verbos *dicendi* y *cogitandi* como dizer e pensar e orações que aludem a um discurso prévio, mas também alguns advérbios epistêmicos de evidenciais, como *quizá*. A partir desses estudos, pesquisas sobre a manifestação da evidencialidade começam a germinar na linguística hispânica, segundo Alegría, Ruiz e Lamas (2016).

Na língua portuguesa, Vendrame (2010), aponta vários estudos sobre a evidencialidade, dentre eles, de Casseb-Galvão (2001), Dall'Aglio-Hattner (2001) e Gonçalves (2003). Com base nesses estudos, Vendrame (2010, p. 225) afirma que “a evidencialidade em língua portuguesa acontece primordialmente por meios lexicais, mas há, por outro, um sistema evidencial gramatical em desenvolvimento (cf. Casseb-Galvão, 2001)”.

Todos os estudos acima citados têm como referência Willett (1988), primeiro pesquisador a empreender uma pesquisa tipológica sobre evidencialidade. Willett (1988) propõe uma classificação para os evidenciais.

De acordo com a classificação de Willett (1988), há dois tipos de evidências: as evidências diretas e indiretas. A distinção entre elas se faz conforme o caráter primário ou secundário da fonte da informação. Entre os tipos indiretos de evidência, o autor cita os reportativos ou citativos, que podem se constituir como uma informação de segunda mão¹², terceira mão¹³ ou folclore¹⁴, além das inferências¹⁵.

A diferença entre reportativos e citativos é que os primeiros podem ser de primeira mão, de segunda mão e advindo de rumores, folclore, sem exigir a marcação específica de quem procede a informação. Já os citativos são considerados uma evidencialidade mediada, cujo dizer procede de uma pessoa de quem se fala no discurso, trata-se de uma informação reproduzida, cuja fonte da informação, no caso da procuração, é o outorgante dos poderes. Trata-se, desse modo, de uma fonte de informação conhecida, para cumprir a função de responsabilização dos envolvidos em registros documentais.

De acordo com Aikhenvald (2007, p. 211), pode-se entender assim a informação reproduzida, do tipo reportada e do tipo citada:

Reportada, para informação reportada sem que haja nenhuma referência de quem a reportou (...) Citativa, para uma informação reportada com um recurso

¹² “*El otorgante dice que...*” é um exemplo de que a informação é adquirida por outro, de segunda mão, pois o enunciador é identificado e a informação se destina a um destinatário específico.

¹³ Aquelas informações que se referem ao “ouvir dizer”, porém em que não se partilha da informação referente ao verdadeiro autor do dizer.

¹⁴ Informações relacionadas com a literatura oral, compartilhadas por toda uma comunidade e que fazem parte de um imaginário coletivo. Não se sabe exatamente quem as pronunciou pela primeira vez, mas, em determinada cultura, continuam se repetindo como uma voz social. O enunciador não é identificado e o destinatário é a comunidade, por exemplo: “*Dicen que a la hora de hacer el testamento, todos son hijos*”.

¹⁵ Quando há indícios para se afirmar algo, ou seja, as conclusões são obtidas por meio de premissas.

referencial que remete a quem a citou (AIKHENVALD, 2007, p. 211, tradução nossa).¹⁶

Nesse parâmetro, a compreensão de que os verbos do dizer presentes nas procurações são estratégias evidenciais encontra respaldo na seguinte afirmação de Aikhenvald (2006):

A evidência reportada é semanticamente uniforme em sistemas de todos os tipos. Seu significado principal é marcar que a informação vem de outra pessoa. Uma evidencial reportada pode ser compreendida como uma citativa, para indicar a autoria da informação ou introduzir uma citação direta. Pode ser usada para relatar uma informação de segunda ou terceira mão (AIKHENVALD, 2006, p. 324, tradução nossa)¹⁷.

Nessa perspectiva, no momento em que o notário mobiliza, nas procurações, os verbos de dizer pronunciados por uma terceira pessoa que lhe solicita a escritura do documento, retoma um elemento dito anteriormente, utilizando uma estratégia de construção de uma réplica do que lhe foi dito e transportando a responsabilidade da informação para o outorgante. Assim, estamos diante de evidenciais reportados-citativos, no quais se especificam tanto o modo de obter o conhecimento¹⁸ como a fonte¹⁹ do conhecimento, isto é, quem pronunciou o dizer está sendo reportado-citado.

Devido a essa característica peculiar do gênero e pela ausência de trabalhos que demonstrem o uso de evidenciais em textos traduzidos dessa esfera, consideramos este estudo como um contributo para o aprendiz-tradutor de cursos de Secretariado Executivo, uma vez que esses elementos linguístico-discursivos, assim como os modais presentes no gênero, refletem atitudes enunciativas e funcionais no gênero.

O estudo sobre modais tem sido desenvolvido por vários estudiosos. Na área de Secretariado Executivo, destacam-se Nascimento e Silva (2012), que partem de uma concepção semântico-argumentativa e pragmática, e compreendem a aplicabilidade dos modalizadores nos estudos da argumentação. Nas línguas

¹⁶ *Reported, for reported information with no reference to who it was reported by (...) Quotative, for reported information with an overt reference to the quoted source.*

¹⁷ *The reported evidential is semantically uniform in systems of all types. Its core meaning is to mark that information comes from someone else's report. A reported evidential can be used as a quotative, to indicate the exact authorship of the information, or to introduce a direct quote. It can be used for a secondhand or thirdhand report.*

¹⁸ O modo, nesse caso, seria a audição.

¹⁹ A fonte da informação nas procurações é o outorgante.

portuguesa e espanhola, de modo contrastivo, Brunelli e Gasparini-Bastos (2012) analisam o verbo “poder” em discursos de autoajuda, segundo a gramática funcional holandesa e a classificação de modalidade proposta por Hengeveld (2004). Já na língua espanhola, Ridruejo (2000) nos aporta uma distinção entre os tipos de modalidades, apontando sua utilidade para a análise da língua espanhola. O autor explica que a modalidade epistêmica está vinculada às noções de conhecimento e crença e a modalidade deôntica, por sua vez, ao sistema de normas. De modo mais amplo, Neves (2006) demonstra que, na língua portuguesa, os modalizadores podem revestir-se de diferentes significados, formas e empregos.

Assim, diante dessas referências cruciais para a análise dos modais que emergem nas procurações, optamos por fundamentar este estudo em Neves (2006), a qual apresenta um estudo amplo sobre a categoria e dentre as classificações trazidas, há características em comum com as definições de modalidades epistêmicas e deônticas expostas por Ridruejo (2000).

A descrição de modais explicitada por Neves (2006) permite-nos entender como a língua precisa ser interpretada em sua relação com as diversas situações nas quais se concretiza, indo ao encontro da proposta de trabalho com a tradução feita por Nord (2016), que destaca a importância do olhar para as relações contextuais, ao referir-se aos estudos da tradução e, no sentido de Bronckart (1999), ao propor um modelo de análise de textos.

Entendemos que a categoria linguística modalidade, estando entrelaçada à função do gênero textual, não pode ser estudada sem levar em consideração o contexto de tradução pública em que emerge.

Nesse contexto, na análise do gênero “Procuração”, são consideradas as seguintes classificações de modalidade delimitadas por Neves (2006): a) modalidade epistêmica, relacionada com a necessidade²⁰ e a possibilidade²¹; b) modalidade deôntica, relativa às obrigações²², permissões e proibições.

²⁰ Entre alguns verbos que representam essa modalidade, podemos citar os verbos “necessitar” e “precisar”, que apresentam um tom de certeza, expressando, portanto, necessidade. Porém, neste artigo, não os focalizamos devido ao recorte que fizemos.

²¹ Verbos como “poder” e expressões como “ser possível” são exemplos de verbos que indicam possibilidade, situados em um eixo hipotético. Nesse caso, quando são mobilizados em um texto, o agente enunciativo não assume a responsabilidade pelo dito, pois se trata de uma construção inserida no eixo da incerteza.

²² Algumas construções verbais com “dever” indicam um tom autoritário, de uma ordem a ser cumprida. Por exemplo: Você deve entrar no trabalho, todos os dias, às 8h.

As classificações delimitadas pela autora demonstram que um dos aspectos mais interessantes do estudo sobre o tema é a impossibilidade de atribuir valores fixos para os verbos “poder” e “dever”, pois, ainda que existam sem os matizes modalizadores, ao se comportarem como modais, podem veicular diferentes sentidos.

Desse modo, tanto os verbos de dizer do discurso citado quanto os verbos modais estão condicionados por contexto, organização textual e função comunicativa que é, no caso das procurações, a redação de um texto documental com caráter testemunhal e comprobatório, o que requer a mobilização de verbos de orientação dêitica como os apresentados na análise a seguir.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental, de acordo com as definições de pesquisa apresentadas por Gil (2002), pois alicerçamos o nosso estudo na revisão da literatura sobre os verbos dizer, evidenciais e verbos modais, assim como nos gêneros notariais. Para isso, valemo-nos de documentos de “primeira mão” que ainda não haviam recebido um tratamento analítico.

Trata-se de gêneros da tradução pública, cedidos para estudo pela Junta Comercial do Paraná, na fase de doutorado. São textos raramente disponibilizados na internet quando traduzidos. Por isso, os estudos aqui apresentados se referem aos poucos gêneros proporcionados para pesquisa que fazem parte de livros de registros de tradutores do Paraná.

Para assegurarmos a comparabilidade dos textos em nosso estudo, escolhemos apenas as procurações que estavam traduzidas para a língua portuguesa e aquelas que estavam vertidas para a língua espanhola com extensão similar.

Desse modo, o nosso primeiro passo para esta pesquisa foi o de selecionar, dentre os diversos gêneros que emergem na tradução pública, no livro de registro de tradutores, um gênero textual que refletisse as estratégias de textualização de uma enunciação da esfera de registros notariais que o caracterizam como um documento jurídico.

Trata-se de um gênero presente na vida de todo cidadão e, conseqüentemente, de nossos estudantes de Secretariado que estão sendo preparados para atuar em

empresas e diferentes instituições. No entanto, por ser um gênero pouco acessível e devido às suas particularidades discursivas, torna-se necessário o ensino formal em língua espanhola. Considerando, ainda, que o curso de Secretariado Executivo prepara profissionais para atuarem nos diferentes nichos de mercado, a esfera de registros documentais e da tradução precisa estar presente no ensino/aprendizagem, a fim de o aluno se apropriar das características de gêneros dessa esfera para a realização de ações competentes por meio dele, quando necessário.

Desse modo, estudamos o gênero pelo viés da tradução, pois entendemos, assim, ser possível repensar sobre as capacidades que os estudantes de língua espanhola precisam para compreender que tanto a referência cultural como a *função social* (NORD, 2016) do documento são fatores determinantes para a mobilização dos elementos linguístico-discursivos na tradução ou versão do texto.

De acordo com essa compreensão, procedemos a um mapeamento dos verbos de dizer e de verbos modais — que expomos no tópico de Apresentação de dados e resultados — em 7 traduções públicas e 7 versões públicas para compreender o comportamento desses verbos e, posteriormente, em um trabalho futuro, refletir sobre uma transposição didática para aplicação em aulas de tradução em língua espanhola.

Para tanto, orientamo-nos, em nossa análise, pelas seguintes perguntas de pesquisa: i) a tradução e a versão refletem o mesmo tipo de textualização no que se refere à construção estrutural com os verbos de dizer e verbos “poder” e “dever”?; ii) quais são os verbos de dizer e modais que emergem nas traduções e versões?; iii) quais são as funções comportamentais dos verbos de dizer e dos verbos modais nas traduções e versões?

4 APRESENTAÇÃO DE DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para a apresentação de dados, optamos por expor, devido à extensão deste trabalho, o Quadro 1, no qual demonstramos exemplos representativos dos verbos de dizer que emergem nas versões e traduções e o Quadro 2, no qual demonstramos como os verbos modais emergem nas versões e traduções. Apresentamos, nas colunas 1 e 3 do Quadro 1, os verbos de dizer em negrito. Já a quantidade de ocorrências desses verbos como estratégias evidenciais estão nas colunas 2 e 4.

Devido a questões de espaço, inserimos apenas um exemplo correspondente a cada uso do verbo de dizer na coluna em que o apresentamos.

Quadro 1 - Verbos de dizer em versões para a língua espanhola e em traduções para a língua portuguesa

Verbos de dizer com a função de estratégias evidenciais nas versões para a língua espanhola	Número de ocorrências	Verbos de dizer com a função de estratégias evidenciais em traduções para a língua portuguesa	Número de ocorrências
1. Me fue dicho que por este instrumento público [...]	6 x	1. E, para que o consigne neste protocolo, dizem que [...]	2x
2. [...] me ha sido dicho que por este público instrumento	1x	2. Conferem procuração geral aos senhores [...]	3x
3. Dijo además el otorgante que los poderes lo son por plazo indeterminado [...]	6 x	3. Os comparecentes assinam, a outorgam e firmam perante mim [...]	5x
4. Así lo dijeron [...]	2 x	4. E, para que o consigne neste protocolo declara que [...]	1x
5. [...] y de como así lo dijo, de lo que doy fe, me pidió y lo redacté [...]	4 x	5. Confere Procuração Geral em favor dos senhores [...]	3x
6. En la mejor forma de derecho constituye su bastante apoderado [...]	6x	6. Todos os atos levados a cabo, nas condições expressadas serão válidas e obligam a Sociedade até que tal entidade receba aviso [...]	2x
7. [...] a quién confiere poderes generales para [...]	3x	7. O comparecente manifesta que a capacidade da sua representada não variou.	1x
8. [...] nombra y constituye por sus bastantes apoderados [...]	5x	8. O comparecente é informado e aceita [...]	1x
9. Lo halló en todo conforme, otorgó , aceptó y firma [...]	3x		
10. Lo halló en todo conforme, otorgó, aceptó y firma [...]	4x		
11. Y siendo hallado conforme, acepta , otorga y firma [...]	4x		
12. Los representantes de la otorgante declaran que asumen toda la responsabilidad civil y penal por los documentos presentados y por las declaraciones aquí prestadas.	2x		
13. Así lo dijeron, de lo que doy fe, me solicitaron este instrumento que después de leído y aprobado [...]	2x		
Número de ocorrências nas versões: 48 vezes		Número de ocorrências nas traduções: 18 vezes	

Fonte: elaboração própria.

De acordo com o quadro apresentado, observamos haver um número expressivo de verbos de simples dizer nas versões analisadas. Esses verbos foram mobilizados 19 vezes no *corpus* por meio das seguintes formas: *me fue dicho* (6x),

me ha dicho (1), *Dijo* (6x), *dijeron* (2x), *pidió* (4x). Nas traduções, no entanto, expressaram-se apenas 2x, por meio da forma verbal “dizem que”.

Os verbos lexicalizados, por sua vez, predominam, tanto nas versões como nas traduções. Nas versões, manifestam-se 29 vezes por meio das formas verbais “*constituye* (6x), *confiere* (3x), *nombra* (5x), *otorgó* (3x), *aceptó* (4x), *acepta* (4x), *declaran* (2x), *solicitaron* (2x).

Nas traduções, os verbos lexicalizados emergem 18 vezes e há uma variação menor dos tipos de verbos lexicalizados. Destes, as formas verbais que mais se repetem são “conferem” (3x), “confere” (3x), “outorgam” (5x), “obrigam” (2x). As demais formas verbais ocorrem apenas uma vez. São elas: “declara” (1x), manifesta (1x), aceita (1x).

Os dados nos mostram que, embora o número de verbos de dizer lexicalizados sejam mobilizados, um número maior de vezes tanto nas versões quanto nas traduções, ao tratar-se de um gênero secundário, a ocorrência desses verbos não nos causa surpresa. No entanto, por outro lado, não esperávamos encontrar a quantidade de 19 usos de verbos de simples dizer no gênero vertido para a língua espanhola.

Entendemos que tal número de ocorrências, contudo, pode ser justificado pelo fato de que, por ser a versão uma reescrita para uma língua estrangeira, em que o tradutor se encontra em uma situação de presunção de verdade, parece-lhe mais fácil utilizar esse tipo de verbos devido à exigência de clareza na eleição dos conceitos que rege a sua tarefa como tradutor. Somando-se a isso, como afirma Vigier Moreno (2016, p. 4, tradução nossa), “A versão geralmente apresenta maior dificuldade que a tradução”²³.

É nesse sentido que precisamos levar para os aprendizes textos representativos de versões para terem acesso a esse tipo de experiência que hoje tornou-se uma verdadeira necessidade aos tradutores que queiram se inserir no mercado de trabalho, devido ao contexto de internacionalização das ações empresariais.

Nas traduções de textos fonte em espanhol traduzidos para a língua portuguesa, por outra parte, a ocorrência de apenas duas vezes do verbo de simples dizer “dizem que” demonstra que os verbos de dizer empregados refletem a

²³ “A la traducción inversa suele conferírsele una mayor dificultad que a la traducción directa”.

importância do olhar para a tessitura desse gênero em ambas as línguas de trabalho dos países do Mercosul, pois é visível a diferença no estilo empregado na tradução, o que não há como dissociar da cultura de elaboração textual, visto que, no Brasil, há modelos de procurações, como encontrados em nosso *corpus*, que padronizam a redação do gênero e viabilizam o uso de verbos de simples dizer²⁴.

Assim, a textualização das versões e traduções refletem diferenças. A versão revela uma questão cultural em que se conserva o modelo do texto padronizado no Brasil, apresentando aspectos culturais, como expomos no seguinte excerto²⁵:

SEPAN quienes vean éste instrumento público de poder que, en el año de nacimiento de Nuestro Señor Jesus Cristo, de mil novecientos [consta o ano], el día [consta o dia], del mes de [consta o mês], en esta ciudad de São Paulo, en mi notaría, compareció como otorgante [nome do outorgante], brasileño, legalmente separado, del comercio, portador de la cédula de identidad [consta o número], residente y domiciliado en [consta o endereço]; reconocido como el propio de que trato por mí, Notario, de lo que doy fe. Por el otorgante me fue dicho que por este instrumento público nombra y constituye su bastante apoderado....” (Versão nº 1549)

Como podemos observar, no excerto extraído da procuração, a parte introdutória da versão é exatamente como sugerida no modelo de procuração padrão, em que as primeiras palavras são: “Saibam quantos este instrumento público de procuração bastante virem”. Na sequência, aparece o uso da oração “*en el año de nacimiento de Nuestro Señor Jesus Cristo*”, a qual reflete a cultura do brasileiro, visto que nas procurações advindas do Uruguai tal aposição não se apresentou em nenhum momento²⁶.

Esses exemplos demonstram que a tradução reflete diferenças, conforme Rodrigues (2000) e, por isso, precisam ser estudadas. Uma tradução difere de uma versão por razões culturais, razões de origem e para onde se destinam, somando-se

²⁴ Um dos modelos disponíveis em Livros de Tabelionato de Notas, conforme Cassettari, Ferreira e Leonardo (2013), é este: “Saibam quantos este instrumento público de procuração bastante virem, que aos _____ (data) _____, nesta cidade de São Paulo, ante mim (função do notário), compareceu como otorgante (nome completo do outorgante)[...]”.

²⁵ Este texto é a transcrição do excerto inicial de uma procuração que faz parte de nosso *corpus*, extraído do Livro de Traduções, armazenado na Junta Comercial do Paraná.

²⁶ Exemplo de tradução que pode demonstrar como a textualização do gênero procedente do Uruguai é diferente: “Montevideú, no dia vinte e cinco de Maio de mil novecientos e noventa, perante mim, [nome da escritã], escritã, comparece o senhor [nome do outorgante], em sua qualidade de presidente da Diretoria e em nome da representação e [nome da empresa], com domicilio [...]. (tradução nº 3963)

à sua função de delegar poderes. Por isso, os verbos de dizer, sejam de simples dizer ou lexicalizados, estão sempre presentes.

Os dados apresentados nos permitem inferir também que, se nas línguas portuguesa e espanhola, a nossa gramática não requer o uso de codificadores evidenciais obrigatórios, como demonstram Alegría, Ruiz e Lamas (2016), e Vendrame (2010), a sua ocorrência nas procurações reflete um efeito pragmático, característico do gênero, porque o notário precisa justificar a informação enunciada e o faz por meio de um evidencial reportativo-citativo, de fonte definida, pois atribui parte da responsabilidade da informação ao outorgante dos poderes, que comparece na notaria e lhe solicita a escritura do texto a quem lhe confere poderes.

Logo, ao serem empregadas as estratégias evidenciais na procuração, os verbos de dizer deixam de constituir-se apenas como elementos de produção oral e refletem a tradição de um registro de língua formal, um estilo notarial que ocorre em versões de procurações.

Desse modo, ocorre a progressão temática na procuração por meio desses verbos, enquanto os exemplos representativos de verbos modais, expostos no Quadro 2, refletem a progressão textual:

Quadro 2 - Os verbos modais que ocorrem nas versões e traduções

Verbos modais nas versões	Número de ocorrências	Verbos modais nas traduções	Número de ocorrências
1. Pudiendo establecer el precio [...]	2x ²⁷	1. Retirar e receber os mencionados depósitos, podendo endossá-los [...]	2x
2. Pudiendo los apoderados, por lo tanto, realizar registros, renovaciones [...]	1x	2. [...] poderá recebê-lo no momento, posteriormente ou confessar ter recebido total ou parcialmente [...]	2x
3. Pudiendo sustituir estos poderes [...]	2x	3. [...] podendo , inclusive, desistir de qualquer julgamento [...]	5x
4. Pudiendo además el apoderado practicar todos los demás actos que se hagan necesarios [...]	2x	4. Ser-lhes-ão conferidos os poderes “adjudicia” que poderão ser subestabelecidos a advogados ou procuradores [...]	2x
5. Delega poderes pudiendo requerir, alegar [...]	1x	5. podendo , ademais, entregar os títulos [...]	3x

continua...

²⁷ Ainda que a forma verbal se expresse mais de uma vez, como no caso desse exemplo, optamos por transcrever apenas um exemplo do uso da forma verbal pelo fato de ter a mesma construção frasal e o mesmo valor comportamental.

... continuação

6. [...] Pudiendo también, dar inicio a denuncias por infracción de derechos y por competencia desleal [...]	1x	6. para que, atuando em nome da [empresa], possam [...]	3x
7. [...] Pudiendo solicitar medidas en frontera; solicitar medidas precautorias [...]	1x	7. a presente procuração somente deverá ser considerada revogada quando [...]	1x
8. [...] podrán también pagar impuestos, tasas, anualidades [...]	1x	8. Referente ao bem acima descrito, cabe descrevê-lo e retificar suas áreas e limites, fazer as separações, divisões, agrupações, agregações, assim como declarações de nova obra e constituição ou modificação de regime de propriedade horizontal que forem necessárias; podendo , para tudo isso, solicitar das autoridades competentes no Brasil [...]	1x
9. [...] practicar todo y cualquier acción necesaria para el fiel cumplimiento del presente mandato, sin que, por la falta de previsión expresa de las facultades, en este instrumento, el mismo pueda ser considerado como insuficiente [...]	1x	9. Estas facultades, por solicitação feita por meio de documento pelos outorgantes, poderão ser exercidas, ainda que se produza uma oposição de interesses [...]	1x
10. [...] pudiendo la otorgante tornarse socia de la empresa mexicana [...]	1x		
11. [...] pudiendo , aún, adquirir y comercializar mercancías [...]	1x		
12. [...] pudiendo cobrar de modo amigable o judicialmente todos sus deudores [...]	1x		
13. [...] pudiendo , abrir, movimentar y cerrar cuentas corrientes [...]	1x		
14. [...] pudiendo contratar y despedir funcionarios [...]	1x		
Total	17x	Total	20 x

Fonte: elaboração própria.

Como podemos observar, os modais utilizados cumprem a função de dar eficiência à comunicação, a fim de se alcançarem os objetivos desejados por meio das expressões que indicam o permitido e o que está na fronteira entre o necessário e o obrigatório. Ao utilizarem os modais “poder” e “dever”, reduzem-se os riscos na comunicação em textos da esfera jurídica, evitando que o outorgado tenha atitudes diferentes das que lhe são delegadas no documento pelo outorgante.

Dessa forma, enquanto o notário atenua a sua responsabilidade ao utilizar os verbos de dizer na procuração, é dada ênfase na parte em que são delegados os poderes, por meio dos verbos modais. Assim, quando o notário redige em sua versão:

“Por el otorgante me fue dicho que por este instrumento público y en la mejor forma de derecho nombra y constituye su bastante apoderado²⁸, a quien confiere poderes generales e ilimitados para vender el coche de su propiedad²⁹, **pudiendo** establecer el precio y condiciones de pago [...]”³⁰, fixa-se um valor deôntico para o verbo poder, demonstrando a permissão que o outorgante lhe confere ao outorgado, sem que, desse modo, haja nenhum tipo de risco quanto a uma interpretação equivocada do enunciado.

As orações gerundivas com o verbo *poder*, nesse caso, expresso nos exemplos 1, 3, 5, 7, 12, 13 e 14 do Quadro 2, referente às versões textualizadas em espanhol, expressam o foco principal da oração, ou seja, destacam a importância dos poderes dados ao outorgado e os tipos de poderes que lhe são conferidos. Todos esses casos demonstram tanto o controle sobre o outro — o outorgado — assim como a progressão textual dada à sequência textual expositiva-prescritiva que caracteriza o gênero textual.

Porém, ao analisarmos o exemplo 2, do Quadro 2, “*Pudiendo los apoderados por lo tanto, realizar registros, renovaciones [...]*”, temos o mesmo uso do gerúndio, no entanto, com um matiz funcional diferente na oração, pois, nesse caso, o modal “*pudiendo*” não somente expressa continuidade da ação que já vinha sendo expressa anteriormente, como também funciona como um modal que encabeça uma conclusão referente aos poderes que lhe são dados, devido ao uso da locução conjuntiva “*por lo tanto*”, que, ao estar relacionada como a informação dita anteriormente, faz uma espécie de síntese e finaliza a proposição, delimitando os tipos de poderes.

Já no exemplo 4 do Quadro 2, referente às versões, a forma gerundiva “*pudiendo*”, embora tenha a mesma função de delegar poderes e o mesmo comportamento expresso nos exemplos anteriores, é acompanhada pelo advérbio de intensidade “*además*”, que acrescenta uma informação ao dito anteriormente em “*Pudiendo además el apoderado practicar todos los actos que se hagan necesarios [...]*”. Assim, observamos que o modal funciona como uma aposição na qual se dá

²⁸ Na sequência consta: nome do outorgado, nacionalidade, profissão, número do documento de identidade, endereço.

²⁹ Na sequência, é especificado o modelo do carro.

³⁰ O texto foi extraído da versão número 948, constante no Livro de Registro de Traduções, disponibilizado para esta pesquisa.

continuidade ao tópico, ressaltando uma informação nova (rema) atribuída à informação já dada anteriormente, ou seja, ao tema.

A mesma função observamos nos exemplos 8 e 11, pelo uso dos advérbios “*también*” e “*aún*”. Embora tenham a mesma função de atribuir permissão ao outorgado, demonstram a informação nova, expressa por meio do rema, que são as informações novas apresentadas na sequência dos advérbios.

É importante salientar que, apesar de, no exemplo 8, estar presente o modal “*podrán*”, que demonstra uma futuridade da ação, permitindo-nos inferir que a ação se encontra em uma fronteira entre uma possibilidade deôntica — característica dos verbos no futuro — e uma permissão deôntica, o sentido de permissão se torna mais convincente por se tratar de um texto jurídico-administrativo.

No exemplo 9, diferentemente dos demais usos do verbo poder nas procurações, apresenta-se o verbo “*pueda*”, no presente do subjuntivo, que nos permite uma leitura de possibilidade e com a função de conclusão do tópico.

Diante desses exemplos, entendemos que o valor preponderante dos modais nas versões é de permissão deôntica e a sua realização no gênero acontece com mais recorrência com o uso do gerúndio, em um total de 15 vezes, uma vez com o uso do futuro do indicativo e uma vez com o uso do presente do subjuntivo.

Ao compararmos com a ocorrência de modais nas traduções, foi possível entender que os modais exercem a mesma funcionalidade no gênero, ocorrendo, no entanto, em um número maior, ou seja, 20 vezes no total e com a diferença de que emerge também, nas traduções, o modal “dever”, com uma ocorrência apenas.

Ao verificarmos o exemplo 1, do quadro 2 referente às traduções³¹, o poder conferido ao outorgado de “Retirar e receber os mencionados depósitos, **podendo** endossá-los [...]”, observamos que a função da forma verbal “podendo” é a mesma dos exemplos 1, 3, 5, 7, 12, 13 e 14 do Quadro 2, referente às versões para a língua espanhola. Isso significa que o gerúndio “podendo” se comporta com um sentido de permissão deôntica e não é um ponto de partida da mensagem, mas uma oração dependente da oração principal. Assim, a expressão “podendo endossá-los” constitui-se como o rema, como a informação nova em que se dá continuidade ao tópico, ao

³¹ Esse uso ocorre duas vezes com mesma forma e função.

mesmo tempo em que concede uma permissão para o outorgado endossar os depósitos.

Quanto aos exemplos 2, 4 e 9 das traduções, podemos afirmar que os verbos “poderá” e “poderão” também incitam uma leitura de permissão deôntica, funcionando também como orações encaixadas, em função do rema, dando continuidade ao tópico por meio da informação nova, como no exemplo 9: “Estas faculdades, por solicitação feita por meio de documento pelos outorgantes, **poderão** ser exercidas, ainda que se produza uma oposição de interesses [...]”. Observa-se, nesse exemplo, que, embora a futuridade do verbo possibilite uma leitura epistêmica, há uma tendência de comportamento deôntico do verbo, pois há um controle sobre o outorgado fundamentado na circunstância em que o poder lhe é conferido.

O exemplo 3 do uso do verbo é o mais recorrente nas procurações, pois aparece 5 vezes com a mesma função e no mesmo tipo de oração, ou seja, como o rema de uma oração em que se adicionam e se enfatizam, por meio do advérbio “inclusive”, novas informações, novos poderes. O mesmo acontece com orações do tipo do exemplo 5 que se expressam 3 vezes nas procurações traduzidas, nas quais a forma verbal “podendo” ocorre em uma posição remática e com ênfase atribuída a partir do advérbio “ademais”.

No exemplo 6, a forma verbal “possam”, no presente do subjuntivo, embora esteja na fronteira entre uma leitura de possibilidade devido ao seu tempo verbal e permissão, consideramo-la com a função de permissão deôntica, devido à função do gênero e à esfera em que é produzido.

O exemplo 8, por sua vez, apresenta a forma verbal “podendo”, acompanhada pela expressão coesionadora “para tudo isso”, que tem a função de retomar o citado anteriormente na oração, mas com o valor de conclusão do parágrafo em que se atribui o poder. Apresenta, assim mesmo, o significado de permissão deôntica.

Já no exemplo 7, está presente a forma verbal “deverá”, a qual indica uma obrigatoriedade, ou seja, uma necessidade deôntica, conforme classificação de modalidades exposta por Neves (2006), pois enfatiza que o advérbio “somente” restringe a possibilidade de revogação, condicionando a revogação da procuração apenas na condição de que “seja feita por escritura pública e comunicada expressamente pela mandante em forma que dê fé [...]”.

Assim, a própria condição explícita na oração indica o traço lexical de [+controle], que Neves (2006) afirma ser uma característica da modalidade deôntica.

Ridruejo (2000), no mesmo sentido, explica que a modalidade deôntica está associada às normas. Logo, nos exemplos expostos, extraídos de nosso *corpus*, a modalidade cumpre uma função interpessoal ao impor comportamentos para o participante da ação verbal, o outorgado.

Diante do exposto, entendemos que, embora os modais tenham as mesmas funções tanto nas versões quanto nas traduções, alguns tradutores mobilizam um número maior de modais, como no caso dos exemplos obtidos por meio das traduções apresentadas no Quadro 2.

Os dados expostos apresentam valores potenciais para ser trabalhados em sala de aula, visto o modal “*poder*”, ao ser isolado do contexto, poder causar instabilidade de interpretação por apresentar, em algumas situações, duplo³² sentido. Assim, nesse contexto, é possível interpretar com maior clareza e entender que o verbo cumpre a sua função pragmática de denotar com maior predominância permissão e, escassas vezes, possibilidade para o procurador, como no caso do exemplo 9 das versões. Logo, esse tipo de modal não poderia ser substituído por nenhum outro elemento linguístico-discursivo devido à função exercida no gênero textual em questão. O mesmo ocorre com o uso do modal “*deverá*”, no exemplo 7 da tradução.

Devido à necessidade de estarmos atentos para a natureza do enunciado que condiciona, de certa forma, o uso de modais, reiteramos a necessidade do ensino desses verbos em gêneros secundários para o desenvolvimento de capacidades linguístico-discursivas dos alunos, pois, na tradução da linguagem jurídico-administrativa, são elementos insubstituíveis e um secretário executivo precisa atentar-se a isso, visto que os valores dos verbos podem estar camuflados ou gerar instabilidade e insegurança na interpretação.

³² Dizemos que o verbo “*poder*” é polissêmico, pois o exemplo “João **pode** dirigir carro” possibilita duas leituras: i) João está autorizado a dirigir um carro (após obter a sua carteira nacional de habilitação); ii) João tem a capacidade de dirigir um carro (após recuperar-se de um problema de saúde). Do mesmo modo, o verbo “*deber*” também pode apresentar leituras diferenciadas, como na seguinte cláusula: “João **deve** pagar a conta”. Nessa cláusula, são possíveis duas interpretações: i) é obrigatório que a conta seja paga por João; ii) é possível que o sujeito pague a conta sob sua responsabilidade, porém não há garantia de que isso acontecerá.

Dessa forma, o uso dos verbos modais apresentados no Quadro 2, tanto do verbo “dever” como “poder”, reflete a apreciação valorativa, no sentido de Bajtín (2005), feita pelo enunciador do gênero para escolher entre o uso de formas verbais que denotam uma possibilidade deôntica (relacionada com as permissões – uso dos verbos “*podendo*” e “*puediendo*”) e a necessidade deôntica (relacionada com as obrigações – uso do verbo *deverá*), ou necessidade ou possibilidade epistêmica, conforme definições de Neves (2006).

Este estudo demonstra, igualmente, que a diferença entre o comportamento dos verbos modais “poder” e “dever”, nas procurações analisadas, consiste no fato de o verbo “poder” referir-se à permissão e de o verbo “dever” apresentar um significado de necessidade. Por ser um gênero cuja função é delegar poderes, há uma tendência maior de ser mobilizado o verbo “poder”, embora, ao emprendermos essa análise, não imaginarmos que os poderes seriam enfatizados pela forma gerundiva desse verbo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou um aspecto da relação entre falante-notário-destinatário, focalizando a função do texto e os papéis sociais dos envolvidos na textualização do gênero textual procuração por meio dos verbos analisados. Tanto o uso de verbos de dizer como o uso de modais demonstram como um gênero se constrói de acordo com os seus parâmetros comunicativos, como a interpretação de um texto jurídico precisa seguir o princípio de restrição interpretativa e, por isso, os mecanismos léxico-verbais precisam ser selecionados.

Por meio da análise do gênero, foi possível encontrar respostas para as nossas perguntas de pesquisa, pois mapeamos os verbos de dizer e modais que emergem nas versões e traduções e verificamos as suas funções comportamentais. Somando-se a isso, a análise nos permitiu responder também a primeira pergunta da pesquisa, cujo resultado nos fornece condições de afirmar que tradução é diferença, conforme Rodrigues (2000), pois a composição estrutural das versões é diferente da composição das traduções. Assim, embora, os gêneros sejam organizados, conforme a classificação de Bronckart (1999), como textos expositivos-prescritivos, verificamos

que as versões seguem a estrutura da língua portuguesa, iniciando com uma sequência prescritiva “*Sepan quienes vean este instrumento de poder bastante*”, com referência dêitica referente ao leitor, utilizada no gênero para chamar a atenção às razões da criação do documento, enquanto as traduções não portam essa referência dêitica.

Desse modo, nossos procedimentos de análise permitiram-nos responder às nossas perguntas de pesquisa, conforme exposto no tópico apresentação de dados e análise de resultados as respostas às perguntas ii e iii, e forneceram subsídios para repensar o ensino do gênero por meio de versões e traduções, nesse espaço sócio-histórico de internacionalização em que se insere a nossa ação didática no curso de Secretariado Executivo.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, A. Y. **Evidentiality**. New York: Oxford, 2004. Disponível em: https://researchonline.jcu.edu.au/9634/2/9634_Aikhensvald_2004_front_pages.pdf. Acesso em: 5 out. 2020.

AIKHENVALD, A. Y. Information source and evidentiality: what can we conclude? **Rivista Di Linguistica**, v. 19, n. 1, p. 209-227, 2007.

AIKHENVALD, A. Y. Evidentiality in grammar. *In*: BROWN, K. **Encyclopedia of Language and Linguistics**. 2. ed, v. 4, p. 320–325 Oxford: Elsevier, 2006. Disponível em: <https://research.jcu.edu.au/.../2006.-evidentiality-in-grammar...32>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ALEGRÍA, D.I; RUIZ, R; D.I; LAMAS, O. L. Un acercamiento a los fundamentos de la evidencialidad y a su recepción y tratamiento en la lingüística hispánica. *In*: RUIZ, R, G; ALEGRÍA, D.I; LAMAS, O.L. (Orgs.). **La evidencialidad en español: teoría y descripción**. Frankfurt am Main: Vervuert, Iberoamericana, 2016.

BAJTÍN, M. **Estética de la creación verbal**. 1 ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005.

BARROS JUNIOR, C. S. de. Teoria dos atos administrativos. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 106, p. 1-35, out. 1971. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/36031/34816>. Acesso em: 17 mar. 2020.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado. São Paulo, 2002. Disponível em:

https://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf. Acesso em: 21 ago. 2019.

BRONCKART, J. P. **Atividades de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: Educ, 1999.

BRONCKART, J. P. **Atividade de Linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

BRUNELLI, A. F.; GASPARINI-BASTOS, S.D. A manifestação das diferentes modalidades no emprego do verbo modal Poder em português e em Espanhol: Análise do discurso de autoajuda. **Signo y Señá**, n. 22, p.165-180, dic. 2012.

CASSEB-GALVÃO, V. C. **Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão diz que**. 2001. 231f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.

CASSETTARI, C; FERREIRA, R.G, P. LEONARDO, F. **Parte Integrante do Livro Tabela de Notas**. Coleção Cartórios. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/48544420/minuta-de-escritura-publica-livro-tabela-de-notas>. Acesso em: 29 mar. 2020.

CRISTOVÃO, V. L. L. Sequências didáticas para o ensino de línguas. *In*: DIAS, R.; CRISTOVÃO, V. L. L. **O livro didático de língua estrangeira: múltiplas perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. **Evidencialidade e modalidade: forma e função**. (Relatório de pesquisa). São Paulo: FAPESP, 2001.

DOLZ, J.; PASQUIER, G.; BRONCKART, J. P. La adquisición de los discursos: una ¿una competência emergente o aprendizaje de capacidades verbales. *In*: ACTES DE CONGRESSOS JORNADAS D'ENSEYAMENT / APRENTATGE DE LLENGÜES. 2. 1992. **Anais [...]**. Castello de la Plana: 1992. Disponível em: <https://archive-ouverte.unige.ch/unige:86389>. Acesso em: 31 mar. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, S. C. L. G. **Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil**. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

HENGEVELD, K. Illocution, mood, and modality. *In*: SACHVERHALTS. **Eigenschafts- und verwandte Begriffe**. 2004, p. 1190-1201.

HERMANS, T. **Translation's other**. Inaugural lecture. London: UCL, 1996.

LIMA, M. **A Atividade Notarial e Registral e sua Natureza Jurídica**. 2011. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/a-atividade-notarial-e-registral-e-sua-natureza-juridica/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. 2010. Disponível em: <https://bityli.com/M8H6K>. Acesso em: 29 mar. 2020.

NASCIMENTO, E. P.; SILVA, J. M. O fenômeno da modalização: estratégia semântico-argumentativa e pragmática. *In*: NASCIMENTO, E. P. **A Argumentação na Redação Comercial e Oficial**. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 2012.

NEVES, M. H. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 2000.

NEVES, M. H. Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem. *In*: NEVES, M. H. de M. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NORD, C. **Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática**. Coordenação da tradução e adaptação de Meta Elisabeth Zipser, São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.

RIDRUEJO, E. Modo y modalidad. El Modo em las subordinadas sustantivas. *In*: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. **Gramática descriptiva de lengua española**. Las construcciones sintácticas fundamentales. Relaciones temporales, aspectuales y modales. Madrid: Espasa Calpe, 2000.

RODRIGUES, C. C. **Tradução e diferença**. S. Paulo: Unesp, 2000.

SASSI, I. **Ameaças e desafios na reforma da legislação do tradutor público e intérprete comercial no Brasil: análise crítica do projeto de lei 4625/2016**. 2016. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/17610/1/2016_IraeSassi_tcc.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

VENDRAME, V. **Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa**. 173 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2010.

VIGIER MORENO, F. J. Los corpus ad hoc en la traducción inversa de textos jurídicos: ejemplos de su utilización como fuentes de información fraseológica y terminológica. **Revista Académica Liletrad**, n. 2, p. 867-878, 2016.

VOLKMANN, G. Texte im Text und Evidentialität in Crónica de una muerte anunciada von Gabriel García Márquez". *In*: HAßLER, G. (ed.). **Texte im Text**. Untersuchungen zur Intertextualität und ihren sprachlichen Formen. Münster: Nodus, 1997.

WILLETT, T. A cross-linguistic survey of the grammaticization of evidentiality. **Studies in Language**, v. 12, n. 1, p. 51-97, 1988.